
Jornalismo e periferia: a cobertura jornalística do bairro Santa Maria em Aracaju¹

Tatiane Macena dos SANTOS²
Liliane do Nascimento Santos FEITOZA³
Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE

Resumo

Este artigo traz discussões a respeito do enquadramento jornalístico oferecido pelos portais A8 SE e G1 SE para o bairro Santa Maria, na periferia da cidade de Aracaju/SE. Para tanto, o trabalho se inicia apresentando algumas discussões envolvendo o conceito de enquadramento e a relação entre os enquadramentos jornalísticos majoritários e as regiões periféricas. Na sequência, o trabalho também dedica uma breve atenção para discussões em torno da neutralidade e da pluralidade. A partir dessas referências e discussões, o trabalho realiza uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977; HERSCOVITZ, 2000), acolhendo como amostra a cobertura envolvendo os portais e o bairro já citados entre os meses de junho de 2022 e junho de 2023. Os dados encontrados revelam uma cobertura que pode potencializar estereótipos sobre a região, uma vez que é tematicamente focada em violência e problemas infraestruturais, além de incapaz de discutir essas temáticas de maneira rigorosa e crítica, uma vez que as matérias se limitam a apresentação de fontes oficiais e valorizam o acontecimento principalmente na sua dimensão trágica.

Palavras-chave

Jornalismo; Enquadramento; Periferia; bairro Santa Maria, Aracaju; Estereótipo

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ01 – Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Graduada do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e-mail: tati.macena7@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em comunicação social pela Universidade Federal de Pernambuco e professora do curso de jornalismo da UFS, email: lilianensfeitoza@gmail.com

Introdução

Além de agendar discussões sobre acontecimentos atuais, o discurso jornalístico tem a capacidade de agendar perspectivas e de reforçar visões e rótulos existentes da sociedade (MCCOMBS, 2009). Essa afirmação é válida quanto à capacidade de reforçar estruturas de poder, valorizando pessoas e instituições que já possuem prestígio, mas também tem validade quanto a capacidade de reforçar estereótipos, como aqueles que se referem às periferias.

O presente trabalho nasce a partir da indignação para com a cobertura jornalística dos veículos sergipanos acerca do Bairro Santa Maria e objetiva suscitar a reflexão acerca do fortalecimento de rótulos negativos nas periferias.

O bairro Santa Maria, situado em Aracaju, Sergipe, Brasil, surgiu de uma fazenda com o mesmo nome, a partir da construção do Canal de Santa Maria.

Com a construção, a localidade passou a abrigar mais moradores, que em grande parte eram os próprios trabalhadores do empreendimento. Foi com esta ocupação que surgiu na região, através do crescimento de sítios, a área chamada de Povoado de Santa Maria, mais conhecido como “Terra Dura”. (JESUS, 2011, p. 53)

Os maiores registros de ocupação são da década de 1932, época da retificação do canal do Santa Maria, que antes era navegável. A fazenda ficava distante do antigo quadrado de pirro (projeção do Centro de Aracaju pelo engenheiro Sebastião Pirro), região onde foram se desenvolvendo indústrias. O Canal era o único meio de acesso dos moradores para os demais bairros, através dos rios Sergipe e Vaza Barris.

Em 1980, o Santa Maria passou a ser utilizado para o descarte de lixo da região. De acordo com Ewerthon Clauber de Jesus (2011), a transferência do antigo Lixão do Bairro Soledade, gerando a antiga “Lixeira da Terra Dura” contribuiu para a correlação do local com pobreza e violência. Ele considera que a ligação com a miséria, pobreza e violência “se constituiu predominante a partir dessas últimas intervenções urbanas”. (JESUS, 2011, p.17). Isso implica na criação de estigmas e estereótipos.

Em 8 de maio de 2000, a localidade teve o nome alterado de Terra Dura para Santa Maria. A renomeação foi uma tentativa do poder público de fazer com que o bairro não fosse mais visto como sinônimo de pobreza e violência. Jesus (2011) indica que “a mudança do nome é uma intervenção urbana para qualificar a localidade como símbolo de mudança, e tirar o legado da terra dura” (JESUS, 2011, p.90).

A mudança de nome e extinção do lixão a céu aberto, entretanto, não foram suficientes para a desconstrução do estigma. O bairro Santa Maria ou a “Terra Dura”, como continua sendo chamado por alguns, continua sendo visto como uma região de pobreza e violência.

Uma das partes mais tocantes da dissertação do doutor em comunicação social Cristian Góes, sobre a cobertura sensacionalista da imprensa sergipana, está na justificativa da pesquisa. O autor relata a visita de dois adolescentes, estudantes do ensino médio e moradores da Terra Dura à redação do Cinform, veículo em que o pesquisador trabalhava. Na ocasião, o autor ouviu dos jovens o pedido de que o periódico parasse de fazer matérias sensacionalistas sobre a “Terra Dura”, com a seguinte justificativa:

Tudo que acontece de ruim em Sergipe, para este jornal, está na Terra Dura. Qualquer crime, roubo, estupro, bandido está na Terra Dura. Qualquer notícia ruim no jornal, mesmo não sendo da Terra Dura, é aquele bairro que é citado como comparação negativa. Para o Cinform, o que não presta está na Terra Dura e tudo é noticiado com sensacionalismo, como o fim de mundo. Resultado disso é que não conseguimos estágio e emprego em lugar nenhum. (Nesse momento, eles apresentam uma série de currículos que teriam sido rejeitados). Não somos bandidos, criminosos, porque moramos na Terra Dura, mas as pessoas só nos enxergam assim. Achamos que o jornal tem culpa. Será que temos que mentir nosso endereço no currículo para poder ser aceito? (GOÉS, 2014, p. 21)

Ainda que a fala dos jovens tenha ajudado a motivar o trabalho do pesquisador e que o jornal em questão já não exista, a realidade não se transformou. Outras empresas jornalísticas seguem enquadrando bairros periféricos, como o Santa Maria a partir dos mesmos estereótipos mencionados.

Para realizar a discussão sobre o enquadramento pelos portais A8 e G1 para com o bairro Santa Maria, foi feito um levantamento das notícias relacionadas ao bairro Santa Maria (com o recorte temporal de um ano), as quais resultaram em cruzamento de dados dos temas presentes nas notícias, fontes ouvidas e os valores-notícias acionados. O artigo também traz, no primeiro momento uma discussão acerca do enquadramento, que pode contribuir para o fortalecimento de discursos, bem como a difusão de estigmas sociais; em seguida trata sobre as teorias do jornalismo e a subjetividade, as quais parecem brigar entre si, mas se caminharem junta podem contribuir para um jornalismo mais justo e sem preconceitos. Por fim, o artigo traz a análise de conteúdo voltada para a maneira em que os portais A8 e G1, tem pautado o bairro Santa Maria.

Enquadramento jornalístico e periferias

Essencial para toda a sociedade, o jornalismo é importante não só por causa de sua capacidade de levar informações, necessárias para a manutenção da democracia, mas também devido ao espaço que grupos sociais podem alcançar no meio midiático e, a partir dele, apresentar discussões e pautas para outros grupos sociais. Quando uma minoria passa a ter visibilidade na grande mídia, seu discurso, outrora isolado, pode ganhar força.

No entanto, o mesmo jornalismo que pode contribuir para debates e para a difusão da informação, pode também reforçar visões preconceituosas. Quando o jornalismo dissemina estereótipos o impacto é maior do que os das disseminações privadas, pois as pessoas tendem a tomar o discurso jornalístico como verdadeiro.

Se a imprensa pauta somente maus acontecimentos de uma determinada localidade, a audiência tende a associar a região abordada a coisas negativas. Essa tendência pode contribuir para a produção e reprodução de estigmas sociais. Ademais, de acordo com a teoria do agendamento, quanto menos conhecimento temos acerca de determinados temas, maior é a tendência de adotar as opiniões estabelecidas pelas mídias. (MCCOMBS, 2009 p.3).

Presente no jornalismo, o termo enquadramento começou a ser utilizado a partir da psicologia, e foi apropriado pelo cientista social Erving Goffman, que definia os enquadramentos como a maneira de organizar as ideias e assim, entender os

acontecimentos do dia a dia. Como é impossível noticiar todos os acontecimentos do mundo, os veículos acabam adotando alguns critérios para selecionar os fatos que serão destacados em seus meios.

Os critérios de seleção não dependem somente da linha editorial de cada um desses jornalísticos, mas de todo o processo de produção e dos saberes sociais disponíveis.

Narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem a narrativa sobre inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referências, que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente do que é apresentado ao fluido da informação daí resultante. (CARVALHO, 2009 p .5)

O autor cita que a cobertura jornalística revela contradições sociais dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo, nos aspectos culturais, científicos, comportamentais, éticos, morais, religiosos e outros. De acordo com ele, essas contradições revelam que existem múltiplos interesses em disputa. Quase sempre essas contradições estão presentes em veículos patrocinados por empresários e políticos.

O jornalismo, acrescentamos, também é marcado por contradições, a exemplo de silêncios e interditos relativamente a temas de grande relevância social que podemos encontrar na prática específica de um veículo noticioso ou em conjunto mais amplo de operadores jornalísticos, ao promoverem “recortes” do real noticiado, enquadrado-o e mesmo excluindo alguns aspectos dos acontecimentos, ou acontecimentos por inteiro, quando o que se espera é que ele atue sempre na perspectiva de difusão da totalidade do que importa como evento do mundo humano social. (CARVALHO, 2009 p 1-2)

Nesse sentido, apesar de o jornalismo buscar se aproximar ao máximo da verdade, a partir da pluralidade de fontes e visões, a imparcialidade é um ideal que parece ter impedimentos no âmbito da possibilidade. Por mais que um comunicador tente ser isento ao abordar determinados assuntos sociais, sua visão de mundo estará implícita ali. Além da visão do comunicador é preciso considerar ainda os interesses do veículo. Assim, tanto pela natureza do conhecimento quanto por razões políticas, editoriais e econômicas, o jornalismo é marcado por recortes no processo de produção de notícias.

O doutor em comunicação social Carlos Alberto de Carvalho afirma que as narrativas jornalísticas “não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real” (CARVALHO, 2009 p. 3). Um mesmo fato transformado em informação por veículos jornalísticos diferentes vai apresentar características distintas com diferentes pontos de vista. Isso é, o enquadramento privilegiado por cada veículo é singular.

Para Carvalho, ao produzir um conteúdo, um jornalista leva em conta as características do público alvo, pois o comunicador sabe que, uma vez disseminada uma informação, ela poderá, potencialmente, acionar nos fruidores interpretações (CARVALHO, 2009), por isso, são feitos recortes desde a concepção da pauta, até a distribuição do conteúdo. Ao longo de todas as fases do processo produtivo das notícias,

os jornalistas fazem uso não só de saberes técnicos, mas também manipulam ideias, saberes e valores difundidos em sociedade. Gamson e Modigliani (1989) defendem que ‘pacotes interpretativos’ competem uns com os outros, e no centro deles, há um enquadramento, com uma ideia organizadora sobre o mundo.

Da apuração até a composição do material publicado, o jornalista seleciona, o que o consumidor vai ter acesso e até mesmo a ordem em que o conteúdo será apresentado àquele público. Não que o jornalista queira manipular a informação, mas porque é impossível apresentar todas as versões (ou todas as verdades), por isso o jornalismo é cheio de técnicas e valores profissionais. Nesse processo, alguns aspectos podem ser privilegiados, enquanto outros invisibilizados.

De acordo com a doutora em comunicação social, Messiluce da Rocha Hansen, “os valores profissionais, tais como a objetividade, a imparcialidade, a equidade e uma capacidade para reconhecer os valores-notícia de um evento, também atuam como diretrizes que influenciam o enquadramento das notícias”. (HANSEN, 2016 p.261).

Para Van Dijk (1990) e Hall et al (1999), os privilégios e as invisibilização presentes no jornalismo podem ser visualizados através dos valores-notícia e das preferências temáticas e especiais, que refletem valores sociais anteriores. Para esses autores a importância dos poderes pré-estabelecidos é tamanha que Hall et al (1999) afirmam que os jornalistas não são os definidores primários da informação, mas sim os poderes pré-estabelecidos. Em adição, Van Dijk (1990, p.175, tradução nossa) afirma que “os valores jornalísticos refletem os valores econômicos, sociais e ideológicos na reprodução do discurso da sociedade através dos meios de comunicação”.

As reflexões sobre o enquadramento e sobre os valores-notícia podem e devem ser aproximadas às reflexões sobre territorialidade e jornalismo, isso porque as geografias da comunicação permitem visualizar, através do olhar espacial, diferentes enquadramentos e a super utilização de alguns valores-notícia. Além disso, as discussões sobre jornalismo e territorialidade (AGUIAR, 2016) oferecem bases para repensar afirmações clássicas sobre a abrangência de veículos de comunicação.

Mesmo que alguns veículos apresentem a sua cobertura como nacional ou estadual, muitas vezes grandes blocos populacionais são desassistidos de fluxos regulares de notícias que permitam perceber os espaços em toda a sua complexidade. As redações costumam privilegiar os centros decisórios (em geral centros urbanos) e negligenciar tanto áreas rurais e interioranas, quanto as periferias. Sobre essa última recai ainda diversos preconceitos, baseados em enquadramentos dominantes (AGUIAR, 2016).

Ainda segundo Aguiar (2016), as práticas jornalísticas que se diferenciam da grande imprensa, a partir de um vínculo territorial, podem receber várias denominações, as mais comuns são jornalismo de interior, jornalismo local e jornalismo regional. Com a disseminação do uso das redes, ganharam destaque também o jornalismo hiperlocal e o jornalismo periférico ou de periferia.

Guardadas as suas diferenças, essas abordagens jornalísticas têm em comum o vínculo de proximidade envolvendo os produtores e a audiência. Essa proximidade precisa ser pensada não só a partir de uma perspectiva territorial, mas também cultural, pois implica uma sensação de pertencimento..

O vínculo geográfico e cultural faz com que a produção seja comprometida com a realidade em curso. Na prática, a diferença tende a ser um jornalismo produzido não de fora para dentro e de passagem, mas um jornalismo entendido como uma instituição que integra o grupo.

O distanciamento entre o jornalismo de referência (que costuma se denominar como nacional ou estadual) e espaços como o interior e as periferias faz com que eles só apareçam nos noticiários em situações que fogem à normalidade e se impõem ao jornalismo (FEITOZA, 2021), como situações violentas ou grandes festejos. O enquadramento sobre esses locais, que desconsidera as dinâmicas cotidianas em sua amplitude, reforçam a longo prazo, e de fora para dentro, a visão de que esses espaços são sede apenas do atípico, do curioso e do violento.

Teorias do Jornalismo e Jornalismo de subjetividade

A pluralidade jornalística é usada por alguns estudiosos da comunicação social para descrever o jornalismo como uma atividade isenta e livre de interesses pessoais. Outros autores, como Hansen (2009), afirmam que a pluralidade não significa neutralidade. Além da pluralidade, outro termo clássico do jornalismo é a imparcialidade, que consiste na escuta de todos os lados envolvidos nos acontecimentos noticiados.

Segundo o pesquisador Josenildo Guerra (1999), a exigência de pluralidade está ligada ao interesse pela verdade. De acordo com ele, existe “uma exigência de pluralidade na cobertura jornalística, mas de alguma forma aí também estaria implicada uma preocupação com a veracidade”. E esta última estaria diretamente ligada ao princípio da neutralidade. Ainda de acordo com Guerra (1999) a neutralidade implica na capacidade de o repórter, no momento da apuração discernir o que é de fato a realidade e o que é influenciado a partir de suas percepções pessoais. Para o autor, diante dos acontecimentos, o jornalista deve ficar imune a quaisquer tipos de interesses, sejam emotivos, financeiros, políticos, entre outros.

Guerra (1999, p.2) acredita que “injunções externas à ordem da realidade, que poderiam comprometer a objetividade do seu relato”. Mas o próprio pesquisador admite que “a verdade não se dá com clareza” (GUERRA, 1999, p.3), e por isso, o jornalista tentaria chegar o mais perto dela o possível, a partir do melhor de cada versão. Mesmo sem desconsiderar os problemas em torno da subjetividade, o autor defende a imparcialidade, entendida não como um estado de plena separação entre o jornalismo e os acontecimentos, mas como um método com o qual a prática deve se comprometer.

A partir das diferentes perspectivas, cada uma com sua própria verdade, emergiria uma nova forma de entendimento. A verdade seria conseguida em função do melhor de cada perspectiva, a fim de superar a verdade restrita a apenas uma delas. Nesse caso, o princípio da imparcialidade garantiria uma síntese verdadeira, objetiva em relação ao fato, a partir das diferentes versões concorrentes. Aqui, a imparcialidade se constituiria num método para se alcançar a objetividade. (GUERRA, 1999, p.3)

No entanto, para outros pesquisadores, a objetividade não pode ser alcançada, pois mesmo que o profissional tente ser isento, as suas experiências pessoais já significam um recorte da realidade. O jornalismo imersivo discutido e praticado pela jornalista, socióloga e pesquisadora, Fabiana Moraes, (2019), vai de encontro à concepção de jornalismo de Guerra (1999), bem como aos princípios clássicos do

jornalismo, que, segundo a autora, resultam em uma prática engessada e marcada por desigualdades sociais. De acordo com ela, não são incomuns enquadramentos jornalísticos, que tentam justificar coisas injustificáveis, como machismo, classicismo e homofobia. Fabiana Moraes (2019) traz em seu artigo ‘Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral’ exemplos, de enquadramentos naturalizados pelo discurso jornalístico:

pessoas assassinadas sentenciadas como culpadas por terem “provável ligação com drogas”; mulheres vítimas de machismo mortas “por ciúme”; travestis que surgiam apenas nas páginas policiais ou se prostituindo; a questão racial sendo reduzida a efemérides; o sertão como o lugar dos famintos à espera de um milagre; a pobreza enquadrada como vítima, violenta ou “a que supera adversidades. (MORAES, 2019, p.207)

Para a autora, o discurso da objetividade jornalística ajuda a produzir dogmas, que fragilizam o jornalismo. A função de mediar discussões e demandas informativas, para a autora, não seria garantida pelo discurso da objetividade, mas seria prejudicada por ela, já que tenderia a pactuar com desigualdades pré-existentes da sociedade, quando não a reforçá-las. Moraes (2019, p.206) considera que o jornalismo e os seus princípios, assim como a sociedade, precisam ser repensados.

Molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma "isenção".

Moraes(2019, p.209) afirma ainda que os defensores da objetividade entendem que “o bom jornalismo” é feito com isenção, no entanto, o que acontece na prática é que a escolha dos temas pautados, fontes, locais observados e até a produção da pauta já se configuram em uma tomada de posição. Nesse sentido, para a autora, o jornalismo subjetivo se configura como uma ferramenta importante para a representação ampla de diferentes camadas sociais, que podem ser recortes de gênero, de classe, raciais, geográficos e outros.

Cobertura jornalística do bairro Santa Maria, análise dos portais A8 e G1

A partir das discussões sobre enquadramento e periferias e depois de mencionar parte dos conflitos envolvendo a possibilidade de alcançar valores clássicos do jornalismo como a pluralidade e a neutralidade, este trabalho segue conduzindo essas discussões para a observação de uma cobertura concreta. É objetivo desta pesquisa observar como dois portais jornalísticos de referência quanto a cobertura jornalística no estado de Sergipe, os portais G1 e A8, enquadram o bairro Santa Maria, localizado na periferia de Aracaju.

Para observar e quantificar aspectos da cobertura oferecida ao bairro, este trabalho realizou uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977; HERSCOVITZ, 2007) das produções veiculadas pelos dois portais, escolhidos em função da popularidade dos produções e também pela associação de ambos com produtos televisivos, mídia com maiores índices de popularidade do estado. O portal G1 e o Grupo Globo, em Sergipe,

tem como afiliada a TV Sergipe, ao passo que o Portal A8 faz parte do grupo Atalaia, que possui um canal de TV aberta de mesmo nome.

Para compor a amostra foram feitas buscas utilizando o sistema de pesquisa especializado do site Google. Optamos por não utilizar o buscador dos próprios portais porque, apesar de o portal A8 mostrar um buscador satisfatório em que divide até mesmo o formato do conteúdo e programas que abordam determinados assuntos, o portal do G1 Sergipe está vinculado ao portal geral do G1 e por isso, apresenta um resultado de busca geral. Além de não permitir diferenciar o bairro Santa Maria em Aracaju da Cidade de Santa Maria no Rio Grande Sul, o portal também apresentou falhas quanto ao recorte temporal.

Dessa forma, a pesquisa especializada do google foi utilizada para recortar uma amostra estabelecida entre os dias 1 de junho de 2022 e 30 de junho de 2023. O recorte temporal, envolvendo um ano de produção, teve por objetivo ser representativo de um ciclo completo de produções. É importante mencionar que como o conteúdo apresentado pelo google foi recolhido na sua totalidade, a hierarquização feita pelo algoritmo não foi relevante para essa coleta de dados.

Durante a coleta, decidimos priorizar o conteúdo textual, a escolha se deveu ao curto tempo para a realização dessa pesquisa. A partir desse recorte, foi encontrado um total de 47 notícias, sendo 24 correspondem ao G1 e 23 ao portal A8, e que passaram a figurar como a nossa amostra.

A realização satisfatória de uma análise de conteúdo depende da elaboração prévia de categorias, nesta pesquisa as 47 notícias da amostra foram submetidas a três categorias, a primeira se interessa em identificar o tema priorizado. Essa categoria não foi previamente definida, mas foi se constituindo a partir dos assuntos em foco nas matérias. As duas outras categorias foram elaboradas a partir de uma lógica diferente, elas foram sistematizadas a partir de autores de referência que nos permitiam visualizar uma variada tipologia de fontes (SCHMITZ, 2011) e de valores-notícia (SILVA, 2005).

O quadro abaixo resume as três categorias aplicadas por esse estudo aos 47 conteúdos retirados da cobertura dos Portais G1 e A8.

Quadro 1: Categorias de análise

Categoria	Dimensões
1. Temas	Categoria autodefinida pelos veículos
2. Tipos de fontes	Oficial / Empresarial / Institucional / Popular / Notável / Testemunhal / Especializada / Referência (SCHMITZ, 2011, p. 25-27)

3. Valores-notícia	<p>Impacto (número de pessoas envolvidas, número de pessoas afetadas e grandes quantias) / Proeminência (notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite, sucesso/herói) / Conflito (guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação) / Drama-tragédia (catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano) / Proximidade (geográfica, cultural) / Raridade (incomum, original, inusitado) / Surpresa (inesperado) / Governo (interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos) / Polêmica (controvérsia, escândalo) / Justiça (julgamento, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais, crimes) / Entretenimento-Curiosidade (aventura, divertimento, esporte, comemoração) / Conhecimento-cultura (descobertas, invenções, pesquisas, progresso, atividades e valores culturais, religião) (SILVA, 2014, p. 65-66)</p>
--------------------	--

Fonte: as autoras

Antes de seguir para a apresentação dos dados gerados, é preciso esclarecer aspectos metodológicos sobre as categorias. A primeira categoria, relativa aos temas de preferência, encontrará sempre uma única temática principal. No caso de uma notícia acionar dois temas, será selecionado o prioritário. A segunda categoria, referente às fontes, pode superar o número de unidades da amostra, já que serão contadas tantas fontes quanto aparecerem no conteúdo. A contagem, entretanto, se volta mais para o tipo de fonte do que para as fontes propriamente ditas, o que implica que em uma matéria em que dois policiais tragam sobre um crime, por exemplo, teremos apenas um tipo de fonte aparecendo, uma fonte oficial, segundo Schmitz (2011).

Os valores-notícia, terceira e última categoria, também podem superar o número de conteúdos, uma vez que na avaliação serão contados todos os valores-notícia que ajudem a qualificar os acontecimentos como jornalísticos. Assim como ocorre com as fontes, diferentes notícias podem acionar diferentes valores, quanto aos tipos e quanto às quantidades. A listagem de Gislene Silva (2005) apresenta os valores-notícia divididos em macro e micro valores, nesta análise vamos utilizar apenas os macro valores diretamente, utilizando os micro apenas para ajudar a esclarecer a que cada valor se refere.

A partir de agora, podemos começar a apresentar os dados obtidos e que ajudam a compreender o modo como os portais G1 e A8 enquadraram o Bairro Santa Maria, no intervalo de tempo escolhido. Quanto ao assunto que era foco do conteúdo, das 47 notícias analisadas, 24, mais de 50% da cobertura, fizeram referência direta a morte ou prisão. Dados mais detalhados podem ser vistos nos gráficos abaixo, que separam a cobertura por veículo.

O G1 alocou 72% da sua cobertura em temas como crimes, prisões, mortes, abusos e atos violentos. O que foge dessa macro categoria trata em menor grau de problemas da infraestrutura (que correspondem a 16% da cobertura, se referindo a problemas de transporte, de infraestrutura e de saneamento). As únicas matérias que fogem dessa abordagem pejorativa se referem a temas como política(4%), trânsito(4%) e educação(4%), no entanto, com exceção da matéria que fala sobre a posse de um vereador da região (tema política), as outras também têm um teor negativo. Uma fala de um acidente de trânsito, que causou a morte de um motociclista e a outra aborda a falta de vagas em escolas da rede municipal.

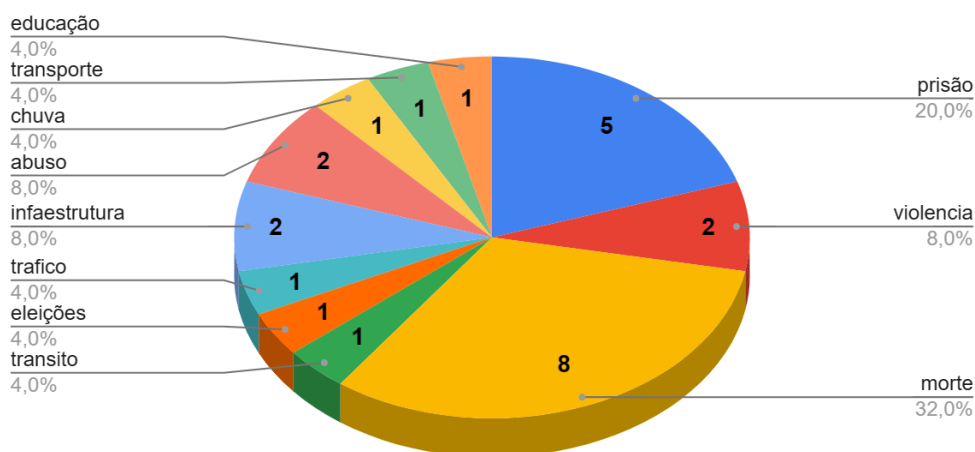


Cerca de 2,8 mil candidatos estão na lista de espera para a rede municipal de ensino de Aracaju. G1 Sergipe, acesso em 10 de agosto de 2023, disponível em:

<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/03/06/cerca-de-28-mil-candidatos-estao-na-lista-de-espera-para-a-rede-municipal-de-ensino-de-aracaju.ghtml>

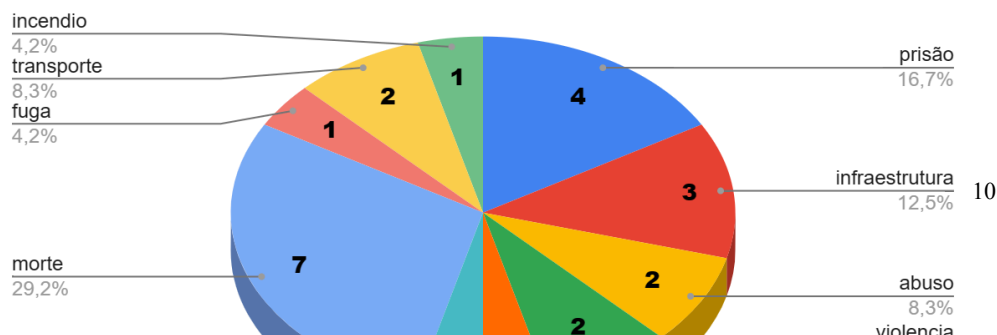
Os dados levantados do portal A8 não são muito diferentes dos resultados encontrados no portal concorrente. 71,4% dos temas são prisões, mortes, tráfico, abusos e atos violentos. O que foge dessa macro categoria também trata em menor grau de problemas da infraestrutura (20,8% dos assuntos, que abordam problemas de transporte, de infraestrutura e de saneamento). Os outros 8,4% incluem uma notícia sobre um incêndio em um estabelecimento comercial(4,2) e de uma matéria de diversão(4,2), sobre um evento nomeado como natal solidário, que levou para o bairro o grupo É o Tchan como principal atração.

Temas Portal G1 SE



Fonte: as autoras

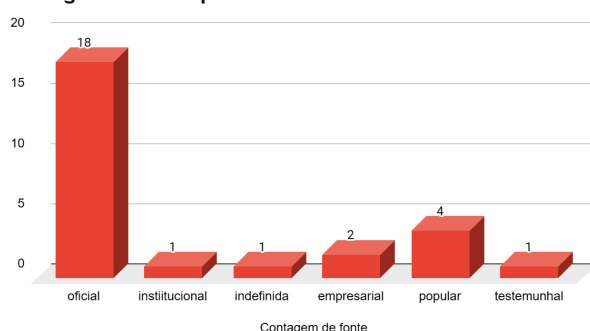
Temas Portal A8 SE



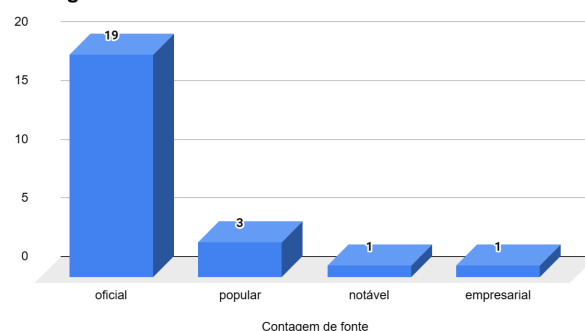
Fonte: as autoras

Os temas priorizados na cobertura possuem relação direta com as fontes priorizadas. Ambos os portais fazem uso majoritário de fontes oficiais, definidas por Schmitz como pessoas em função ou cargo público que se pronunciam por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas. (SCHMITZ, 2011)

Contagem de fonte portal G1



Contagem de fonte A8



Tanto o portal G1, quanto o portal A8 ouvem mais o que essas fontes têm a dizer do que qualquer outro tipo de fonte. Além disso, é válido destacar o baixo número de fontes acionadas. Nas 24 notícias produzidas pelo G1, foram contabilizadas apenas 27 fontes, indicando que, em geral, as matérias não costumam possuir mais do que uma voz. O mesmo pode ser dito quanto à cobertura do A8, que nas suas 23 notícias trouxe apenas 24 fontes.

As fontes oficiais equivalem a mais do que 66% das fontes na cobertura do G1 e a mais de 79% na do A8. Sobre as fontes oficiais, que incluem, a voz do Estado, é importante destacar que nas matérias o Estado fala através de policiais e delegados. Nas 37 vezes que as fontes oficiais foram acionadas, em 32 essas fontes eram representantes de fontes policiais. Outras fontes oficiais como agentes públicos ligados ao Poder Executivo ou Legislativo, bem como agentes técnicos do estado não são acionados com frequência.

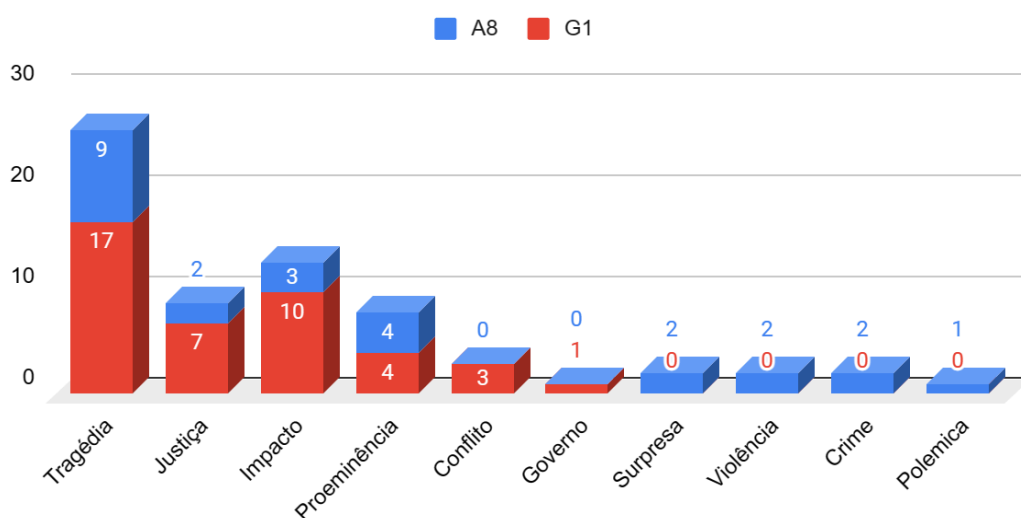
Fontes populares aparecem em pequeno número nas duas coberturas, elas equivalem a aproximadamente 14% das fontes da cobertura do G1 e a 12,5% na cobertura do A8. O G1 inclui, também em menor grau, instituições, empresas e testemunhas e o A8 fontes empresarial e notável. Não houve a presença de fontes especializadas ou referenciais na cobertura dos portais.

Avançando para os achados quanto aos valores-notícia, essa categoria também reforça as anteriores. Assim como as fontes encontradas estavam diretamente relacionadas aos temas de

preferência, os valores se ligam aos temas e as fontes. Outro aspecto a destacar é que assim como nas categorias anteriores, os dois portais voltam a demonstrar semelhanças.

Em ambos os portais, o valor-notícia mais acionado é o drama-tragédia, que segundo Silva (2005, p. 65) se refere a “catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano”. Adiante chamaremos o valor-notícia majoritariamente de catástrofe, visto que a dimensão dramática, pensada também como recurso narrativo não é explorada na cobertura, na verdade, as tragédias em questão, são descritas com muita naturalidade pelos veículos.

Valores Notícia



Valor notícia nos portais A8 e G1, em conteúdos relacionados ao bairro Santa Maria

O valor-notícia tragédia, já mencionado, foi acionado 26 vezes, pelo conjunto das coberturas. Nenhuma outra qualidade foi tão capaz de acionar o processo produtivo dos portais. Além desse valor, podemos destacar Impacto(13 vezes), Justiça (9 vezes) e Proeminência (8 vezes). Em um primeiro momento a presença do valor-notícia proeminência surpreende, no entanto, vale ressaltar que, com exceção do evento do natal solidário, em que aparece a figura do Beto jamaica, os outros conteúdos que acionam este valor notícia são referentes à morte de duas personalidades conhecidas na região.

A baixa aparição do valor-notícia governo, que é acionado apenas uma vez pelo portal G1 e nenhuma pelo A8, reforça o que foi comentado quanto às fontes oficiais. Os portais tratam a violência e a criminalidade do bairro, tema prioritário do seu olhar sobre a região, como um caso trágico, que se torna relevante para conexão com o sistema de justiça (apreensões e crimes) e pelo impacto (quantidade de pessoas ou grandes quantias), mas não aciona com um tema conectado com forças governamentais (interesse nacional/local).

Resultados e Discussões

Os resultados da análise demonstram que, ao tratar do bairro Santa Maria, a cobertura jornalística pelos portais analisados privilegia temas ligados a violência e problemas de infraestrutura, as fontes ouvidas são oficiais e os valores-notícias

acionados são em sua maioria tragédia, justiça e impacto. As fontes e os valores-notícia, nos permitiram visualizar não só recorrências problemáticas, mas ausências críticas. Em conjunto a análise de conteúdo mostrou que o enquadramento do Bairro Santa Maria reforça estereótipos quanto ao lugar e que continua agendando a sociedade para associar periferia e problemas sociais, incapaz de perceber individualidades, potencialidades e a desigualdade social como origem dos problemas em curso.

Se partirmos para uma análise mais focada nas fontes, percebe-se que a maioria das fontes ouvidas é oficial ou institucional, o que caracteriza mais um recorte. Esse recorte além de privilegiar um discurso mais elitizado, tira o lugar de fala das comunidades e reforça estereótipos, principalmente quando o veículo trata sobre comunidades periféricas como o bairro Santa Maria, objeto de discussão deste artigo.

A presença majoritária de fontes oficiais em contraste com a falta de representação das partes envolvidas escancara que a produção dos portais é não só excludente quanto às vozes e interesses dos moradores, mas também quanto a fontes especializadas, capazes de problematizar e discutir causas e possibilidades de transformação. A maneira naturalizada com que os portais tratam a violência no local, também se manifesta na falta de fontes e valores-notícia ligados à administração pública e a sujeitos proeminentes pela sua capacidade de tomar decisões, sendo convocados para discutir ou comentar a realidade retratada.

A similaridade entre a cobertura dos veículos, em uma amostra que envolveu um ano de publicações, é também sintomática de um jornalismo que contribui para a perpetuação de enquadramentos que marginalizam periferias, enquanto favorece grupos e locais já associados ao poder econômico e político.

Em resumo, este trabalho permite notar que a cobertura realizada pelos portais G1 e A8 quanto ao bairro Santa Maria é limitada do ponto de vista temático, sendo incapaz de perceber ocorrências que vão além dos crimes e dos problemas infra-estruturais da região. Iniciativas culturais e sociais são ignoradas, assim como problemas ambientais, entre outros temas. Além da incapacidade de perceber outros temas, os temas percebidos, ou seja, violência/criminalidade e infraestrutura, ainda são tratados de maneira a naturalizar a realidade e não de forma a discuti-la.

É preciso repensar a maneira em que a periferia vem sendo pautada não só no jornalismo sergipano, mas em todo território nacional, pois esses enquadramentos, que quase sempre estão relacionados a violência e a falta de infraestrutura, realimenta o pensamento social de que nas periferias só existem problemas sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Territórios do Jornalismo: Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petropolis: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, Carlos Alberto. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (Intercom), XIV**. 2009.

FEITOZA, Liliane. do Nascimento Santos. Por um tratado da relevância jornalística. 2021. 308f. Tese (Doutorado em comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach.** American Journal of Sociology, v. 95, p.1-37, 1989.

GUERRA, Josenildo. NEUTRALIDADE E IMPARCIALIDADE NO JORNALISMO: Da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética. Intercom: Rio de Janeiro, 1999

GÓES, José Cristian. **Jornalismo e sensacionalismo:** Enquadramento, criminalização da pobreza e implicações éticas no Jornal Cinform. São Cristóvão-SE, 2014

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HANSEN, Messiluce da Rocha. **Esfera pública midiática:** um estudo a partir dos princípios do discurso público e do modelo de democracia deliberativa Habermasiana. Salvador, 2009

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo.** In: LAGO, Claudia (Org.); BENETTI, Marcia (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda:** mídia e opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade:** Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. Extraprensa: São Paulo, 2019

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias:** Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis, SC: Combook, 2011. 85p.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade** – estudos em jornalismo e mídia In.: Programa de Pós-graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2005.

VAN DIJK, T. A. **La noticia como discurso:** comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

VIEIRA, Ewerthon. **Políticas urbanas e imagens da cidade:** Da Terra Dura ao bairro Santa Maria em Aracaju-SE. São Cristóvão-SE, 2011. Dissertação de mestrado